



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prestar atenção à cibersegurança e à protecção de dados pessoais dos serviços públicos

Nos últimos dias, ocorreu um incidente de fuga de dados de pacientes e profissionais de saúde na rede *Kowloon East Cluster*, da *Hospital Authority* de Hong Kong. O caso envolveu um programador externo ao sistema que, sem autorização, acedeu remotamente e transferiu ilegalmente uma grande quantidade de dados pessoais sensíveis. A par deste incidente, há ainda o caso anterior de um médico de um hospital público de Hong Kong que divulgou, numa plataforma de redes sociais, fotografias do resgate de doentes na sala de urgências. Estes casos refletem lacunas de segurança na supervisão de serviços externalizados e no acesso a dados por parte das instituições públicas. É importante salientar que a cibersegurança e a segurança dos dados constituem igualmente componentes essenciais da visão geral de segurança nacional. Assim sendo, todos os serviços públicos e entidades públicas da RAEM têm a responsabilidade de assegurar adequadamente a cibersegurança e a protecção de dados pessoais. Os incidentes de fuga de informações ocorridos nas regiões vizinhas devem servir de alerta elevado e exemplo para a RAEM, a fim de reforçar a vigilância e adotar medidas preventivas eficazes.

O Governo da RAEM tem atribuído grande importância aos trabalhos de cibersegurança e de protecção de dados pessoais, especialmente a "Lei da cibersegurança" elaborada em 2019, definindo a Comissão para a Cibersegurança, presidida pelo Chefe do Executivo, como o órgão de decisão e supervisão, o Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC),



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

coordenado pela Polícia Judiciária (PJ) e composto pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) e pela Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações (CTT), sendo responsável pela coordenação de alerta e resposta a incidentes de cibersegurança. Além disso, a Lei da Protecção de Dados Pessoais, elaborada em 2005, constitui uma garantia jurídica fundamental para a recolha, tratamento e transferência de dados pessoais, exigindo ao responsável pelo tratamento o dever de pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados. Tendo em conta a elevação contínua dos padrões de protecção de dados pessoais no Interior da China e na comunidade internacional, o Governo da RAEM deve continuar a reforçar o mecanismo de fiscalização da rede e otimizar as políticas e medidas gerais de avaliação da protecção de dados pessoais.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. No que diz respeito à garantia da dupla fiscalização da cibersegurança e da protecção de dados pessoais, os serviços públicos e as entidades públicas do Governo da RAEM, ao recolherem e tratarem os dados dos cidadãos, fiscalizam os respectivos sistemas de rede e de conservação de informações, com vista a enfrentar os potenciais riscos de fuga de dados?

2. Tendo em conta a ocorrência, em Hong Kong, de um incidente de fuga de dados causado por operações irregulares de pessoal, há que realçar a importância da formação e das orientações destinadas aos profissionais do sector público. As autoridades estabeleceram directrizes de segurança de dados e requisitos de formação para o sector público que abrangem a cibersegurança e a protecção de dados pessoais, de modo a garantir que os profissionais dos vários níveis da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

administração pública tenham consciência suficiente em matéria de cibersegurança e protecção de dados, prevenindo assim a fuga de informações devido a operações irregulares?

3. A raiz do incidente de fuga de dados em Hong Kong reside na transferência irregular de dados por parte do prestador de serviços subcontratado. Que mecanismos tem actualmente o Governo para fiscalizar eficazmente os prestadores de serviços subcontratados, do ponto de vista da cibersegurança e da protecção de dados pessoais, incluindo mecanismos de aprovação de privilégios de acesso e de responsabilização por incumprimento contratual, de forma a melhor prevenir e evitar a ocorrência de incidentes de fuga de dados?

21 de Abril de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Kou Ngon Seng